§ 1.º Antes de regar convém cavar a terra em roda da árvore.

§ 2.º A rega convém que seja pela manhã ou à tarde antes do pôr do sol.

Art. 16.º Devem fazer-se às árvores dois amanhos ou cavas anuais durante os primeiros anos depois da plantação, para que o ar e a humidade penetrem até as raízes. O primeiro amanho deve ser no mês de Março ou Abril, o segundo no mês de Novembro, devendo ser executado, pelo menos, sobre as superfícies da cova que foi aberta para a plantação. Em regra os dois amanhos devem ser praticados até o quarto ano, sendo suficiente do quarto até o décimo um único no mês de Março.

§ único. So os terrenos são húmidos e as árvores prosperam, prescinde-se dos amanhos a partir do quinto ou sexto ano.

Art. 17.º Ao chegar da primavera devem expurgar-se as árvores dos ninhos de insectos, cortando as porções de ramos que os contenham, os quais devem ser queimados.

§ 1.º Em Maio e em Agosto devem cortar-se os ladrões que nascem no tronco.

§ 2.º No fim do outono ou no inverno deve proceder-se à poda e limpeza.

§ 3.º De tempo a tempo, que pode ser de três em três anos, deve fazer-se um desbaste para suprimir os ramos inferiores de modo que a parte ramosa ocupe aproximadamente um terço da altura total da árvore, e alguns dos superiores, quando forem muito abundantes, a fim de que não prejudiquem o crescimento da árvore e sejam distribuídos o mais simetricamente possível em relação à flecha da árvore.

§ 4.º Quando a casca fôr ferida por algum acidente, deve cortar-se a parte ofendida até o são e cobrir a ferida com terra, que se segura com trapo ou com uma fôlha.

§ 5.º Quando haja insectos alojados debaixo da casca, devem destruir-se arrancando a parte da casca que os esconde, se fôr preciso.

Art. 18.º As árvores que morrem devem ser sempre substituídas em época própria.

§ único. Os ramos cortados ou árvores secas devem ser postos em lotes e vendidos em hasta pública.

Art. 19.º O trabalho de plantação das árvores deve ser executado pelos cantoneiros, que serão ajudados por auxiliares, quando assim se torne preciso. Os cuidados na rega, limpeza e amanhos, e mais tratamento das árvores, estão igualmente a cargo dos cantoneiros, que devem empregar todos os esforços para que os transeuntes e os proprietários marginaes não danifiquem as árvores.

Art. 20.º As árvores necessárias para as plantações das estradas que não puderem ser obtidas nos viveiros das Direcções de Obras Públicas, serão fornecidas gratuitamente nos viveiros dos Serviços Florestais.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—
O Ministro do Comércio, *Manuel José Pinto Osório*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

7.ª Repartição

Decreto n.º 4:203

Atendendo ao que requereu a Anglo-Portuguese (East Africa) Concessions, Limited, sociedade anónima por acções, legalmente constituída em Inglaterra, com o capital de 50:000 libras esterlinas, para poder legitimamente exercer a sua indústria e comércio, e adquirir e explorar quaisquer concessões mineiras ou doutra natureza, nos territórios das colónias e possessões ultramarinas da República Portuguesa, especialmente na África

Oriental, e aí entrar no exercício das explorações industriais e comerciais, que são o seu fim e objecto, conforme os respectivos estatutos e título da sua constituição:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Colónias, o seguinte:

Artigo 1.º São aprovados os estatutos da Anglo-Portuguese (East Africa) Concessions, Limited, sociedade anónima por acções, legalmente constituída em Inglaterra, para exploração comercial, industrial e mineira, com a faculdade de adquirir quaisquer bens mobiliários ou imobiliários nas colónias portuguesas, designadamente na África Oriental, estatutos que se acham publicados no *Diário do Governo* n.º 27, 3.ª série, de 2 de Fevereiro do corrente ano, a páginas 263 a 271.

§ único. Fica entendido que quaisquer espécies de concessões feitas pelo Governo Português a outros indivíduos ou sociedades só poderão ser transferidas para a referida sociedade mediante licença especial do mesmo Governo, depois de cumpridos os preceitos legais.

Art. 2.º A Anglo-Portuguese (East Africa) Concessions, Limited, pelo que respeita à sua acção em território português, fica em tudo, e por tudo, sujeita às leis e tribunais portugueses.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias o faça publicar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais—João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral do Trabalho

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 4:204

Considerando que a grande falta de engenheiros e condutores para o desempenho dos serviços das circunscrições industriais obrigou o engenheiro do corpo de engenharia industrial, José dos Santos Salvador Viegas, e o condutor auxiliar do mesmo corpo, Joaquim Augusto Cardoso, chamados ao serviço militar, nos termos do decreto n.º 2:498 de 11 de Julho de 1916, a prestarem temporariamente serviço da sua especialidade, sem prejuízo do desempenho do seu serviço militar;

Sendo necessário fixar os abonos que devem ser feitos pelo Ministério do Trabalho, em virtude do serviço desempenhado para o mesmo Ministério pelos ditos funcionários, durante aquele tempo:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ao engenheiro José dos Santos Salvador Viegas e ao condutor Joaquim Augusto Cardoso, chamados ao serviço militar, nos termos do decreto n.º 2:498, de 11 de Junho de 1916, durante o tempo que prestaram serviço da sua especialidade nas circunscrições industriais, cumulativamente com o serviço desempenhado no Ministério da Guerra, serão abonados pelo Ministério do Trabalho os seguintes vencimentos, independentemente dos que receberem pelo Ministério da Guerra;

a) Ao engenheiro José dos Santos Salvador Viegas, o vencimento de exercício;

b) Ao condutor Joaquim Augusto Cardoso, a totalidade do seu vencimento.

Serão igualmente abonadas as ajudas de custo e as gratificações de marcha que lhes competem, assim como as despesas de transporte em caminho de ferro, relativas aos serviços desempenhados naquelas condições.

Art. 2.º Os abonos a que se refere o artigo anterior